

Projecto de reforma dos estatutos do Banco Mercantil da Bahia a ser submettido á approvação do Governo.

TITULO I

DO BANCO, SUA SÉDE, PRAZO DE SUA DURAÇÃO E SEU CAPITAL

Art. 1.º A sociedade anonyma—Banco Mercantil da Bahia—em que foi convertida a—Caixa Reseruva Mercantil—de conformidade com a authorisação constante do decreto n. 4981 de 12 de junho de 1872, continuará a funcionar nesta praça, onde tem sua séde, sob aquella mesma denominação, reconstituída, porém, pelos presentes estatutos organisados de accordo com a lei n. 3159 de 4 de novembro de 1882 e decreto n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno.

Art. 2.º O prazo de sua duração será de 20 annos, contados da data da publicação dos presentes estatutos, depois de approvados pelo Governo e satisfeitas as demais formalidades legais, salva a hypothese de dissolução e liquidação antecipadas, nos casos previstos na legislação em vigor, e a de prorrogação approvada pelo Governo.

Art. 3.º O seu capital continuará a ser de 5.000:000\$ representado por 50.000 acções do valor subscripto e já realizado de 100\$ cada uma, podendo ser elevado, por deliberação da assembleia geral dos accionistas, nos casos e termos em que a lei o permita.

Art. 4.º No caso de augmento do capital, os accionistas então inscriptos nos registos do Banco terão preferencia á distribuição proporcional das novas acções, para cujo fim serão convidados por annuncios publicados em dous dos jornaes desta cidade, marcando-se-lhes um prazo, dentro do qual declarem por escripto ao Banco si aceitam ou não as acções que lhes tocarem, considerando-se a falta de declaração dentro desse prazo como renuncia desse direito.

Art. 5.º As entradas, no caso do dito augmento do capital, serão realizadas em prestações nunca maiores de 20 % com o intervalo de uma a outra nunca menor de 60 dias, precedendo annuncios com a antecedencia de 15 dias pelo menos.

Art. 6.º O accionista que não effectuar a entrada no prazo fixado pela directoria incorrerá na multa de 1 % sobre a prestação retardada, e que deverá satisfazer dentro do prazo de 30 dias.

O que não pagar durante este prazo, só poderá fize-lo com a multa de mais 2 % dentro de outro igual prazo.

Paragrapho unico. Si, findo este segundo prazo, o accionista não tiver entrado com a prestação retardada e as ditas multas, perderá, em beneficio do fundo de reserva, o capital com que anteriormente tiver entrado por conta das novas acções e quaesquer lucros que lhe pertencam, e estas serão vendidas em leilão mercantil, revertendo para aquelle fundo o premio que ellas obtinham.

Art. 7.º A pena de commisso, enquanto as respectivas acções não forem do novo subscriptas, não isenta o accionista imputual da responsabilidade que lhe couber para com os credores do Banco.

Art. 8.º Toda acção é indivisivel em relação ao Banco. Si algum destes titulos pertencer a diversas pessoas, o Banco suspenderá o exercicio dos direitos que a tres titulos são inherentes, enquanto uma só pessoa não for designada como unica proprietaria.

Art. 9.º A transferencia das acções só poderá ser effectuada no escriptorio da sede do Banco, por termo assignado pelo cedente e cessionario ou por procurador legitimamente constituido e com poderes especiaes para o acto.

Art. 10. A transferencia das acções, no caso de augmento de capital, dependerá de approvação da directoria, enquanto não for realizado todo o valor dellas.

Art. 11. Serão intransferiveis as que não tiverem 20 % realizados de seu valor nominal (art. 7º da citada lei, e 13º do respectivo regulamento).

Art. 12. Caso morra ou venha a fallir o accionista antes de haver entrado com o valor integral das acções subscriptas, será

licito à directoria, ouvido o conselho fiscal, vender em leilão ou por intermedio de corretor, as respectivas acções, ficando o producto dellas depositado no Banco, sem vencer juros, à disposição de quem de direito.

TITULO II

DAS OPERAÇÕES DO BANCO

Art. 13. As operações do Banco consistem em :

§ 1.º Descontar e redescontar letras de cambio, da terra e outros titulos commerciaes, à ordem e com prazo determinado, garantidos por mais de uma assignatura de pessoas notoriamente abonadas, sendo pelo menos uma dellas residente nesta cidade, e bem assim escriptos da Alfandega, bilhetes do Thesouro e letras das Thesourarias, de bancos ou companhias conceituadas estabelecidas nesta provincia.

Não poderá, porém, descontar suas proprias letras de dinheiro que receber a premio, senão-lhe, contudo, licito admittil-as por excepção em transacções com o mesmo estabelecimento, ou nas em que intervier por conta de terceiros.

§ 2.º Encarregar-se, por commissão, da compra e venda de metaes preciosos, apolices da divida publica geral, provincial ou municipal, e de quaisquer outros titulos e valores, e da cobrança de dividendos, letras, outros titulos a prazo fixo e quaesquer rendas.

§ 3.º Empréstar dinheiro não só sobre hypotheca de bens de raiz, não excedendo a dous terços dos valores destes, quando urbanos, e á metade dos mesmos quando rusticos os bens, como tambem sobre penhores de ouro, prata e diamantes, titulos da divida publica geral, provincial ou municipal, acções e obrigações de companhias acreditadas, das que tenham cotação real e capital todo realizado; titulos particulares, que representem legitimas transacções commerciaes, e mercadorias não sujeitas á corrupção, depositadas na Alfandega ou em armazens alfandegados.

Não poderá, contudo, aceitar em penhor suas proprias acções.

§ 4.º Abrir contas correntes simples, e de credito com os juros que se convencionar.

§ 5.º Subscrever, comprar e vender por conta propria metaes preciosos, titulos da divida publica, interna ou externa, geral, provincial ou municipal, e obrigações de companhias garantidas pelo Governo, preceitando a estas operações accordo da maioria dos directores.

O Banco poderá tornar-se possuidor de acções de companhias e sociedades anonymas, quando assim for reconhecidamente de seu interesse, a juizo da maioria da directoria, sem que, entre-

tanto, seja-lhe licito fazer da compra e venda de taes acções objecto de transacções regulares e ordinarias.

§ 6.º Fazer moviamentos de fundos de umas para outras praças do Imperio, ou do estrangeiro.

§ 7.º Conceder cartas de credito com garantia reconhecida-mmente idonea.

§ 8.º Caucionar nesta ou em qualquer praça do Imperio ou estrangeira, titulos e valores para garantia especial de seus saques, bem como redescantar titulos de sua carteira em caso de emergencia extraordinaria.

§ 9.º Receber em guarda e deposito dinheiro, ouro, prata, diamantes, pedras preciosas, joias e titulos de valor, mediante a commissão que estipular.

§ 10. Tomar dinheiro a premio, quando assim lhe convier por meio de contas correntes e por letras assignadas por dous directores, com prazo em qualquer dos casos nunca menor de 60 dias.

§ 11. Fazer contracto de penhor agricola, na conformidade do disposto no decreto n. 3272 de 5 de outubro de 1885, por prazo nunca menor de um a tres annos, e ainda por escripto particular, assignado pelo devedor e duas testemunhas, com as firmas reconhecidas e devidamente registradas, não podendo, porém, empregar nestas operações mais de 20 % de seu capital.

§ 12. Emitter bilhetes ao portador e à vista convertiveis em moeda metallea, mediante a approvação dos presentes estatutos pelo Governo e a competente autorisação para emissão, na conformidade do disposto no decreto n. 10.262 de 6 de julho ultimo e mais disposições em vigor.

Para esse fim poderá o Banco constituir o seu capital ou parte delle em moeda metallea.

Art. 14. No caso de corrida dos depositantes em conta corrente para retiradas immediatas, reserva-se o Banco o direito de pagar-lhes por meio de letras que vençam o mesmo juro, divididas em seis series, correspondentes à data da exigencia e resgataveis de 15 em 15 dias, de modo a ficar, dentro de 90 dias, restabelecido o pagamento à vista.

Art. 15. Si o penhor consistir em apolices, em acções de companhias o papeis do credito negociaveis no commercio, ficarão taes titulos depositados no Banco, dando o empenhante no acto procuração ao Banco ou poderes nas respectivas letras que aceitar, assim para cobrar os juros e dividendos dos titulos caucionados, como para vender ou alhear o penhor, pelo modo que entender melhor, si a divida não for paga em seu vencimento.

Si consistir o penhor em mercadorias, serão estas previamente seguras e avaliadas por um ou mais corretores designados pela directoria.

Art. 16. Si resolver ella que a venda do penhor se effectue em leilão mercantil, será este precedido de annuncios por tres dias consecutivos, podendo o mutuario empenhante resgatar-o

até começar o leilão, pagando o seu debito e as despezas que tiver occasionado.

Si, realizada a venda e liquidada a divida com todas as despezas, juros, e comissões de 2 %^o, houver saldo, este será entregue a quem pertencer, não vencendo juro algum enquanto permanecer no Banco.

Art. 17. No valor real de cada objecto admittido como penhor far-se-ha um abatimento razoavel, em ordem a garantir o Banco de prejuizos que lhe possam resultar da baixa do respectivo valor no mercado.

Art. 18. Nas escripturas de hypothecas se inserirá, como condição, sujeitar-se o hypothecante á multa de 10 %^o sobre o valor emprestado, além dos juros convencioneados e das custas, no caso de cobrança judicial.

Não se comprehendem nesta disposição os empréstimos feitos sob hypotheca, em virtude de contractos porventura celebrados pelo Banco com o Governo, a respeito dos quaes se guardará o que nelles for estipulado.

Art. 19. O prazo dos titulos descontados e das letras em caução não excederá de seis mezes.

Art. 20. Os recibos que o Banco der dos depositos alli feitos, e nos quaes se designara a natureza e valor dos objectos depositados, o nome e residencia do depositante, a data do deposito, etc., não serão transferiveis por endosso.

Art. 21. Nos empréstimos de que trata o § 3^o do art. 13 o Banco, além do penhor, receberá letras a prazo não excedente a seis mezes, as quaes poderão ser assignadas unicamente pelo mutuário, si for notoriamente abonado, sujeitas em seus vencimentos ao mesmo processo que se seguir nas letras de desconto.

Art. 22. Não serão admittidas nas letras de desconto ou caução firmas de individuos que tenham feito concordatas, obtido moratorias, ou fallido judicialmente — antes de sua legal reabilitação.

Art. 23. O cadastro das firmas que podem ser admittidas no Banco será revisto annualmente, fazendo-se as convenientes alterações, assim quanto á inclusão e exclusão, como a respeito do *quantum* da responsabilidade das mesmas firmas.

Art. 24. É prohibido ao Banco comprar, vender e acceitar em caução, excepto por fiança do cargo de director, suas proprias acções, não se comprehendendo nessa prohibição a amortização das acções, uma vez que seja feita com fundos disponiveis, como dispõe o art. 31 da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

Art. 25. Nenhuma concordata, moratoria, ou quitação, perdoadando ou exonerando devedores de sua responsabilidade para com o Banco, poderá ser resolvida sem escrupuloso e acurado exame e annuencia da directoria.

Art. 26. Nas escripturas de hypothecas mencionar-se-ha sempre a declaração de estarem ou não os bens hypothecados sujeitos a responsabilidades por hypothecas legaes.

Art. 27. Não se comprehendem na limitação que se contém no final do 1^o periodo do § 12 do art. 13 os contractos sobre

hypotheca e penhor agrícola, que o Banco effectuar em virtude de convenção com o Governo Imperial.

Art. 28. O Banco poderá acceitar, para liquidação de suas dividas ou responsabilidades, quaesquer titulos, mercadorias, imoveis e hypothecas.

TITULO III

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 29. A assembléa geral do Banco será constituída por accionistas de 20 ou mais acções, que se acharem inscriptas no respectivo registro em nome de cada um delles seis mezes, pelo menos, antes do dia fixado para a reunião ordinaria, ou extraordinaria.

Art. 30. Para todos os effeitos poderão os accionistas fazer-se representar nas assembleas geracs por procuração com poderes especiaes.

Art. 31. Os accionistas que tiverem empenhado ou transferido em caução suas acções poderão, não obstante, votar na assembléa geral, assim como conservarão o direito de receber os respectivos dividendos, salvo, quanto a estes, convenção em contrario, que deverá ser communicada por quem interesse tiver.

Art. 32. Na assembléa geral serão representados :

§ 1.º Os menores, os fallidos, e os interdictos, por qualquer motivo, por seus tutores e representantes legais, devendo os das massas fallidas ser devidamente autorisados.

§ 2.º As mulheres por seus maridos.

§ 3.º As sociedades anonymas ou corporações por um de seus mandatarios.

§ 4.º As firmas sociaes por um de seus gerentes.

§ 5.º Os casaes *pro indicio* pelos respectivos inventariantes legalmente reconhecidos.

Art. 33. O accionista não poderá ser representado na assembléa geral por membros da directoria ou do conselho fiscal.

Art. 34. Só podem ser procuradores accionistas que tenham direito de voto.

Art. 35. Os documentos comprobatorios da qualidade e do mandato a que se referem os arts. 30, 32 e seus paragraphos, deverão ser apresentados na secretaria do Banco tres dias, pelo menos, antes da reunião ordinaria da assembléa e vigorarão até 31 de janeiro seguinte.

Art. 36. Nas reuniões ordinarias e extraordinarias serão considerados presentes tanto os accionistas que a ellas comparecerem, como os que se fizerem representar por procurador.

Art. 37. A assembléa poderá deliberar legalmente achando-se presente um numero de accionistas que represente, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Paragrapho unico. Si, no dia fixado, não comparecer esse numero, convocar-se-ha nova reunião, com o intervalo de 10 dias, por meio de annuncios nos jornaes, em que se declarará, não se tratando dos casos previstos no artigo seguinte, que nessa nova reunião se deliberará, qualquer que seja o capital que representem os accionistas que comparecerem.

Art. 38. Quando a convocação tiver por fim deliberar sobre alteração dos estatutos, augmento de capital ou sobre a liquidação do Banco, será mister, para haver deliberação, que compareça um numero de accionistas que represente dous terços do capital social, na conformidade do disposto no art. 65 do decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

§ 1.º Si nem na primeira, nem na segunda reunião comparecerem accionistas que representem dous terços do dito capital, far-se-ha terceira convocação per annuncios e cartas registradas aos accionistas que residirem nesta capital, com a declaração de que a assembléa deliberará nessa terceira reunião, qualquer que seja o capital representado pelos accionistas que a ella comparecerem.

§ 2.º Essa terceira reunião será convocada com o intervalo de, pelo menos, cinco dias.

Art. 39. Nos casos de eleição de directores, supplentes e fiscaes, reforma de estatutos, liquidação do Banco, responsabilidade da direcção ou de algum de seus membros, os votos serão contados á razão de um para cada 20 acções, não podendo, porém, nenhum accionista ter mais de 10 votos, seja qual for o numero de acções que possua ou represente, proprias ou alheias.

§ 1.º Em todos os mais casos a votação será *per capita*.

§ 2.º A eleição far-se-ha por escrutínio secreto.

Art. 40. Os membros da directoria não votarão sobre os balanços, inventarios e contas que prestarem, assim como o conselho fiscal não votará sobre os pareceres que der.

Art. 41. Os accionistas que possuirem menos de 20 acções não terão direito de votar, nem concorrerão para formação da assembléa geral; mas, poderão assistir ás reuniões, discutir e propor o que entenderem conveniente aos interesses do Banco, salvo, quanto á votação, a hypothese prevista no § 2º do art. 71 daquelle decreto.

Art. 42. A assembléa geral compete:

a) Alterar ou reformar os estatutos do Banco, no que se não comprehende a faculdade de mudar ou transformar o objecto essencial da sociedade (decreto cit., art. 63);

b) Approvar, rejeitar ou modificar o regulamento interno que for organizado pela directoria;

c) Julgar as contas annuaes;

d) Eleger os membros da directoria, os supplentes, os da commissão fiscal e a mesa da assembléa geral;

e) Deliberar sobre a responsabilidade dos membros da direcção;

f) Augmentar ou reduzir o capital social;

g) Alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva;

b) Finalmente, resolver todos os negócios, tomar quaesquer decisões, e deliberar, approvar e ratificar todos os actos que interessarem ao Banco.

Art. 43. A assembléa geral reunir-se-ha todos os annos ordinariamente no mez de fevereiro, em dia que for fixado pela directoria, e extraordinariamente :

1.º Quando sua reunião for requerida por numero de accionistas cujas acções formem, pelo menos, um quinto do fundo capital do Banco, podendo a convocação, neste caso, ser feita pelos proprios accionistas, si a directoria e o conselho fiscal se recusarem a fazel-a :

2.º Quando a direcção o julgar conveniente.

3.º Quando o conselho assim o entender, por considerar que occorrem motivos graves e urgentes para convocação.

§ 1.º Nas reuniões extraordinarias a assembléa geral só poderá tratar de objecto para que for convocada.

§ 2.º A convocação ordinaria ou extraordinaria far-se-ha por annuncios publicados nos jornaes, por tres vezes consecutivas e 10 dias, pelo menos, antes do designar para a reunião.

Art. 44. A assembléa geral terá um presidente e dous secretarios, todos eleitos annualmente por maioria de votos.

O presidente será substituido pelo 1.º secretario, que o será pelo 2.º, e este pelos accionistas immediatamente votados.

Art. 45. A reunião ordinaria da assembléa geral terá por fim especial :

1.º A apresentação e leitura do relatorio da directoria e parecer do conselho fiscal ;

2.º O exame, discussão, e deliberação sobre o balanco e contas annuaes ;

3.º A eleição de directores, supplentes, do conselho fiscal e mesa da assembléa geral.

Paragrapho unico. Si para deliberar sobre algum dos assumptos mencionados nos §§ 1.º e 2.º capocer a assembléa geral de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão e ordenar os exames e investigações necessarios.

Art. 46. A approvação, pela assembléa geral, do balanco, contas annuaes e actos administrativos importará a ratificação dos actos e operações referentes ao anno bancario, e extinguirá completamente a responsabilidade dos mandatarios, salvo as hypothses previstas nos arts. 74 e 75 do citado decreto.

Art. 47. Nos casos em que a lei ou os estatutos expressamente determinam a reunião da assembléa geral, poderá qualquer accionista, si a convocação for retardada por mais de dous mezes, requerer á Junta Commercial que o autorise a fazel-o.

Paragrapho unico. Nos annuncios para convocação declarar-se-ha o juiz que autorizou e a data do despacho, de accordo com o que dispõe o art. 15, § 9º, da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

Art. 48. Um mez antes da reunião da mesa ordinaria da assembléa geral serão depositados na secretaria da Junta Commercial e facultados ali ao exame dos accionistas :

1.ª Cópia do inventário, contendo a indicação dos valores de propriedade do Banco, moveis e immoveis, e, em synopse, a das dividas activas e passivas por classes, segundo a natureza dos titulos;

2.ª Relação nominal dos accionistas com o numero das acções respectivas e o estudo do pagamento dellas.

Art. 49. No mesmo prazo serão publicadas pela imprensa as transferencias das acções realisadas durante o anno, o balanço mostrando em resumo a situação do Banco, e o parecer do conselho fiscal.

Art. 50. Dentro de 15 dias depois da reunião da assembléa geral a acta respectiva será tambem publicada pela imprensa.

Art. 51. As actas das resoluções da assembléa geral, que versarem sobre alteração dos estatutos, augmento de capital ou liquidação do Banco, serão publicadas na folha que der o expediente do Governo, depois de archivados, por via das respectivas certidões, na Junta Commercial, em observancia do disposto no art. 39 do citado decreto.

TITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 52. A administração geral do Banco compor-se-ha de cinco directores, os quaes nomearão dentre si o presidente e o secretario.

Art. 53. Os directores serão substituidos ou reeleitos annualmente, pela quinta parte, considerando-se vago o logar do mais antigo, ou no caso de igual antiguidade, o daquelle que a sorte designar.

Art. 54. Para substituirem os directores fallecidos, ou impedidos, os que resignarem o cargo ou que deixarem de acceptal-o, haverá cinco supplentes para este fim eleitos annualmente.

Art. 55. O supplente não occupará o logar vago do director sinão até a epoca da primeira reunião ordinaria da assembléa geral.

Art. 56. O mandato de substituto definitivamente nomeado pela assembléa geral, no caso de vaga de director, não se estenderá além do tempo que faltar para completar o prazo do mandato do director substituido.

Art. 57. A eleição far-se-ha por escrutinio secreto e maioria relativa de votos, lançando-se na urna duas listas, uma para directores e outra para supplentes, regulando-se a ordem destes pela votação que obtiverem.

Paragrapho unico. Si houver empate decidirá a sorte.

Art. 58. Só poderá ser votado para director ou supplente quem for accionista.

Art. 59. Nenhum director ou supplente entrará em exercicio sem garantir a responsabilidade de sua gestão com o deposito

ou penhor de 100 acções, as quaes serão inalienaveis até que, findo o mandato, sejam approvadas as contas relativas ao tempo do exercicio do mesmo.

Art. 60. Si não for effectuado o deposito das acções dentro de 30 dias, depois da eleição, entender-se-ha que o eleito não acceitou a nomeação.

Art. 61. Não poderão exercer conjunctamente o cargo de director, pae e filho, sogro e genro, os irmãos e cunhados durante o cunhadio, os parentes por consanguinidade dentro do 2º grão, por direito civil, e os socios de firmas commerciaes. Não poderão ser eleitos os impedidos legalmente de negociar.

Art. 62. Si forem eleitas pessoas comprehendidas na primeira parte do artigo antecedente, serão declarados nullos os votos que tiver obtido o menos votado e, em acto continuo, proceder-se-ha a nova eleição para completar o numero dos que devam ser eleitos.

Art. 63. Assim como os membros da directoria, poderão os supplentes ser eleitos, e quando uns e outros não o sejam, servirão até que os novos nomeados se apresentem.

Art. 64. Quando por motivos de fallecimento, impedimento legal, não acceitação do cargo ou resignação deste, verificar-se alguma vaga de director e não for este o mais antigo, na primeira reunião da assemblea geral ordinaria será eleito quem o substitua pelo tempo que lhe faltava, sem prejuizo da eleição para preenchimento do lugar daquelle a quem competia deixar a direcção.

Paragrapho unico. Em tal caso, a eleição far-se-ha depositando o accionista na urna, além das listas indicadas no art. 57, outra para preenchimento da vaga ou das vagas que houver, com tantos nomes quantas forem estas, e considerar-se-ha o mais votado como substituto do director a quem faltara mais tempo de serviço, decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 65. No caso de impedimento do director por mais de 30 dias, convocar-se-ha o supplente mais votado e, na falta deste, os immediatos, em ordem da votação.

Esgotados estes, nomeará a directoria um accionista que reuna as condições de elegibilidade, de accordo com o conselho fiscal.

Art. 66. A directoria reunir-se-ha ordinariamente de 15 em 15 dias, e extraordinariamente quando for convocada pelo presidente, que terá voto de qualidade.

Poderá deliberar estando presente o presidente e dous directores.

Art. 67. Os directores alternarão o serviço semanalmente, conforme for a designação que fizer o presidente.

Art. 68. Na falta de algum director de semana, o presidente convocará outro director que o substitua.

Art. 69. Todos os directores de semana serão clavicularios da casa forte e dos cofres, e deverão assistir á abertura delles, sempre que se retirar ou se recolher dinheiro, letras ou quaesquer outros objectos relativos ao expediente.

Art. 70. A directoria terá um secretario para lavrar e ler as respectivas actas, que serão assignadas pelos directores presentes e nas quaes se mencionarão todas as deliberações tomadas nas respectivas reuniões.

Art. 71. O presidente será substituído pelo secretario e este pelo director que aquelle designar.

Art. 72. Compete à directoria :

§ 1.º Eleger o presidente e o secretario.

§ 2.º Determinar as taxas dos descontos e empréstimos, as dos dinheiros que o Banco receber a juro por letras ou contas correntes, e bem assim o maximo e o minimo do cambio para a venda ou compra de letras sobre outras praças.

§ 3.º Estabelecer as condições e regras com que devem ser recebidos, conservados ou retirados os depositos onerosos.

§ 4.º Fixar o maximo da importancia dos empréstimos, o limite das operações a prazo maior de quatro mezes e o das relativas a titulos em que haja só uma firma residente nesta cidade, bem como :

§ 5.º Relacionar as firmas com que o Banco poderá negociar, fixando o maximo da quantia que a cada uma possa ser confiada.

§ 6.º Resolver sobre todos os contractos e compromissos que houverem de ser feitos pelo Banco.

§ 7.º Marcar o dividendo semestral.

§ 8.º Nomear, suspender e demittir os empregados, e marcar-lhes os vencimentos e fianças.

§ 9.º Alterar o regimento interno e faz-l-o executar provisoriamente.

§ 10. Cumprir e fazer cumprir os estatutos, o regimento interno e todas as deliberações da assemblea geral e da directoria.

§ 11. Convocar a assemblea geral ordinaria e extraordinariamente nos casos em que julgar conveniente, e na conformidade dos presentes estatutos.

§ 12. Approvar o relatorio das operações e occurrencias de cada semestre e do estado do Banco, para ser annualmente apresentado à assemblea geral, com o respectivo balanço e parecer fiscal, trabalhos estes que serão impressos e distribuidos pelos accionistas.

§ 13. Convocar o supplente a quem compete entrar em exercicio nos casos do art. 54, ou quando algum director deixe de possuir livres e desembaraçadas as accões a que se refere o art. 59.

Art. 73. Compete ao presidente do Banco :

§ 1.º Dirigir os trabalhos da directoria em suas reuniões e inspecionar todos os ramos do serviço do Banco.

§ 2.º Executar e fazer executar os estatutos, as deliberações da assemblea geral e da directoria, e tomar conhecimento diario das operações do Banco.

§ 3.º Organisar e apresentar à assemblea geral dos accionistas, em suas reuniões ordinarias e em nome do conselho, o relatorio

annual das operações e estado do Banco, depois de approvedo pelo mesmo conselho.

§ 4.º Designar as turmas de semana e convocar extraordinariamente o conselho fiscal sempre que julgar conveniente ouvir-o ou lhe requisite qualquer dos outros directores.

§ 5.º Representar officialmente em todas as suas relações e em juizo, podendo para este fim constituir procuradores de sua confiança.

§ 6.º Assignar com um dos directores de semana os titulos de responsabilidade do Banco, saques e endossos.

Na falta do presidente, estes titulos serão assignados pelos directores de semana.

Art. 74. Dos lucros de cada semestre, verificados por occasião dos respectivos balanços, e depois de deduzidas as despesas geraes e quota adiante declarada para o fundo de reserva, se deduzirão 5 % para retribuição da directoria, dividindo-se a respectiva importancia em seis partes iguaes, duas das quaes caberão ao presidente e uma a cada um dos outros directores.

TITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 75. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros effectivos e tres supplentes, que serão os immediatos em votos, eleitos annualmente dentre os accionistas pela assembléa geral ordinaria e por scrutinio secreto, observadas as disposições dos arts. 39, 57, 61 e 62.

Paragrapho unico. O mandato dos fiscaes e seus supplentes poderá ser renovado por eleição.

Art. 76. Os membros effectivos serão, no caso de renuncia, vaga ou impedimento, substituidos pelos supplentes pela ordem da votação, preferindo, no caso de igualdade nesta, o que possuir maior numero de acções.

Art. 77. Incumbe ao conselho fiscal apresentar á directoria, para lhe dar publicidade e annexar ao relatório annual, o seu parecer sobre os negocios e operações sociaes do anno seguinte ao de sua nomeação, tomando por base o balanço e as contas da directoria.

Art. 78. Durante o trimestre que preceder a reunião ordinaria da assembléa geral, o conselho fiscal terá o direito de examinar os livros, verificar o estado da caixa e exigir da directoria esclarecimentos sobre todas as operações sociaes.

Art. 79. Além do juizo sobre os negocios e operações do Banco deverá o conselho fiscal, sob as penas da lei, denunciar os erros, faltas ou fraudes que por ventura descubra, expor a situação do Banco, e suggerir as providencias e alvitres que entender convenientes.

Art. 80. Não poderão ser approvados pela assembléa geral o balanço e as contas, sem parecer previo do conselho fiscal.

Si este não der o seu parecer em tempo, será adiada a sessão da assembleia geral, que tomará as providencias que forem necessarias; podendo destituir os membros do mesmo conselho, que forem culpados, e nomear outros.

Art. 81. No caso de não ser nomeado o conselho fiscal, ou de vaga ou impedimento de seus membros e dos respectivos supplentes, a directoria requererá ao presidente da Junta Commercial a nomeação de outros que os substituam ou sirvam durante o seu impedimento.

Art. 82. O conselho fiscal poderá consultar a directoria sempre que entender necessario, assim como reclamar a convocação da assembleia geral, quando occorram motivos graves e urgentes, e fazer directamente a convocação, si a directoria a isto se recusar.

TITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 83. O fundo de reserva é exclusivamente destinado para a liquidação do Banco fazer face ás perdas do capital social.

Será constituido com 5 % dos lucros liquidados verificados pelos balanços semestraes, podendo ser augmentada a dita quota, a ella destinada, quando os lucros o permittirem e a directoria assim julgar conveniente.

Logo que attingir a 25 % do capital social cessará a accumulção semestral, si assim o julgar conveniente a directoria, de accordo com o conselho fiscal.

Art. 84. A directoria poderá, segundo a importancia dos lucros, separar semestralmente uma somma que será escripturada como « lucros não divididos », destinados para fortalecer o capital do Banco e oppor aos prejuizos que se forem realizando.

Art. 85. Deduzidas dos ditos lucros a referida quota e a somma que for fixada para dividendo dos accionistas, passará o saldo que por ventura houver para a conta dos lucros não divididos.

Art. 86. Nenhum dividendo será distribuido quando se verificarem perdas que desfalquem o capital social, enquanto este não tiver sido integralmente restaurado.

TITULO VII

DOS BILHETES DO BANCO E SUA GARANTIA

Art. 87. Serão dos valores de 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$, 200\$ e 500\$, os bilhetes ao portador que o Banco emitir, pagaveis á vista e em moeda metalleica, na conformidade do § 12 do art. 15.

Paragrapho unico. A estampa e desenho dos mesmos bilhetes variarão conforme os valores dos mesmos bilhetes, que deverão conter :

- a) a numeração e especificação da serie e estampa ;
- b) a inscripção do valor que representarem, pagavel ao portador e á vista em moeda metallica ;
- c) o nome do Banco ;
- d) a assignatura da chancella da Caixa de Amortização ;
- e) a assignatura do presidente do Banco ou de quem suas vezes fizer.

Art. 88. Para garantir a emissão dos referidos bilhetes poderá o Banco converter até cinco mil contos em moedas de ouro nacionaes e francezas, e em soberanos e meios soberanos, segundo o padrão da lei de 11 de setembro de 1846.

Art. 89. A conversão em ouro dos ditos cinco mil contos para este fim designados no artigo antecedente, far-se-ha de uma só vez ou por partes, e na proporção que for necessaria para as operações do Banco, conforme entender melhor a directoria, na razão sempre da terça parte do valor total dos bilhetes, cuja emissão tiver o Banco de realizar na occasião, de modo que nunca poderão os bilhetes emitidos exceder em valor ao triplo do deposito em moedas de ouro.

Art. 90. Conservar-se-ha sempre em caixa a parte do capital que for convertida, e que será exclusivamente destinada ao pagamento dos bilhetes emitidos.

Art. 91. A directoria declarará a proporção entre o numero e valores dos bilhetes que tiverem de ser-lhe entregues pela Caixa de Amortização.

Art. 92. Com excepção unicamente dos bilhetes que se formarem de pedaços e dos que não tiverem bem intelligiveis o numero, a serie, a estampa e o nome do Banco, todos os mais serão pagos á vista e em moeda metallica, logo que apresentados para este fim.

Art. 93. Os portadores dos bilhetes emitidos terão sobre o capital e o activo do Banco privilegio para seu pagamento.

Art. 94. Para a escripturação relativa á emissão do Banco haverá os livros que a directoria entender conveniente, observada a disposição do art. 27, ultima parte, do citado decreto n. 10.262 de 6 de julho ultimo.

TITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 95. Dentro dos prazos fixados nos regulamentos do Governo serão publicados e remettidos á secretaria da Junta Commercial os balancetes das operações do Banco e feitos todos os

depósitos e publicações de que tratam os arts. 32, 33 e 76 do decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

Art. 96. A directoria procurará sempre ultimar por meios conciliatorios as contestações que porventura se suscitem na gerencia dos negocios do Banco.

Art. 97. A directoria fica autorizada a requerer ao Governo Imperial a approvação dos presentes estatutos, e a accceitar as modificações ou alterações que elle julgar conveniente fazer.

Art. 98. Fica igualmente autorizada a directoria a requerer aos poderes politicos do Estado as providencias e concessões que julgar convenientes, a bem do credito, segurança e prosperidade do Banco, inclusive autorisação para emitir bilhetes ao portador e à vista, convertiveis em moeda metallica, na conformidade da lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888 e decreto n. 10.262 de 6 de julho do corrente anno, e do titulo 7º dos presentes estatutos, assim como a celebrar com o Governo quaesquer contractos que entenda de interesse do Banco, comprehendido o de empréstimos para auxilios à lavoura, sob hypotheca e penhor agricolas, nos termos e sob as clausulas que forem estipuladas.

Art. 99. Todos os casos omissoes nestes estatutos serão regulados pela lei e regulamentos relativos ás sociedades anonymas. E para ficar authenticado que os estatutos acima transcriptos são os proprios, cujo projecto foi apresentado aos Srs. acccionistas e por estes unanimemente approvados, vae a presente transcripção assignada pela direcção e tolos os acccionistas presentes e por mim secretario subscripta, depois de lhes ser lida e acharem conforme.

(Seguem as assignaturas.)

